

TECENDO O TUPÉ: UM ESTUDO SOBRE A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ, MANAUS (AM), SOB O PONTO DE VISTA DOS SEUS MORADORES

Solange da Silva Barros [1]
Solange T. de Lima Guimarães [2]
Jackson Fernando Rêgo [3]



OLAM - Ciência & Tecnologia, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1982-7784
Está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Introdução

Na língua tupi, a palavra *Tupé* significa *entrançado* – tecido trançado com talas do arumã, colorido ou não, usado tanto como objeto de arte como de artesanato, a exemplo de tapetes, esteiras, dentre muitas outras utilidades. Este termo também identifica uma área de quase 12.000 ha, localizada a oeste do município de Manaus, estado do Amazonas, Brasil que recentemente passou a ser uma unidade de conservação de uso sustentável – a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé.

Interagindo com a paisagem rica em biodiversidade, ainda temos nessa área a riqueza dos conhecimentos tradicionais das populações que convivem e coexistem de modo interativo com os elementos naturais e construídos da paisagem, de acordo com seus ciclos e fluxos... Para o poeta Thiago de Melo, “*muito da Amazônia ainda esta por ser descoberto (...) a começar pelo povo que vive dela*”: populações que vivem às margens dos rios, próximas da floresta, experienciando suas paisagens de maneira peculiar, construindo uma história fundada em sentimentos e experiências relacionadas às formas de vida e ao local, estabelecendo estratégias de sobrevivência, técnicas e modos de se relacionar com a Natureza.

No contexto dos ciclos naturais que influenciam as alterações no entorno e as tentativas para a conservação, bem como dos diferentes olhares, emerge nossa inquietação: quais os sentimentos, percepções e valorações estão relacionadas às experiências significativas dos moradores que habitam a paisagem do Tupé? Como é ter o seu “*lugar*” transformado em uma Unidade de Conservação?

Nos primeiros encontros com o Tupé e seus moradores, pudemos observar a ligação dos habitantes com este lugar, bem como as dificuldades, dúvidas, problemas sócio-econômicos, conflitos sociais decorrentes das restrições provenientes da política ambiental que passaram a fazer parte da vida dos seus

moradores, bem como de sentimentos contraditórios em relação ao lugar – topofilia e topofobia, decorrentes da experiência vivida pelas comunidades.

Como os moradores do Tupé estão percebendo e interpretando as transformações do *seu lugar* em uma unidade de conservação? Acreditamos que cada segmento de população envolvido na implantação das áreas naturais protegidas desenvolve diferentes leituras e interpretações desse mesmo espaço, se identificando distintamente com os vários contextos paisagísticos abrangidos, seja em termos das relações de alteridades, pertinência, identidade cultural, territorial e paisagística.

Assim, este estudo procurou ressaltar os “olhares” dos habitantes do Tupé, (lembrando que consideramos aqui, o *habitar* no sentido heideggeriano), relacionados à percepção ambiental e à interpretação da paisagem sobre as transformações desse lugar ao tornar-se uma unidade de conservação, identificando quais as alterações, problemas e conflitos gerados, e também suas expectativas em relação ao futuro deste mesmo lugar – o Tupé.

Encontrando o Tupé

Banhado permanentemente pelas águas do rio Negro, o Tupé encanta pelos seus recursos paisagísticos naturais que apresentam aspectos de significativa qualidade cênica e estética. Na época da cheia, durante os meses de dezembro a julho, ocorre a inundação da floresta de igapó e, na época de águas baixas, suas praias são reveladas.

A área correspondente a RDS do Tupé apresenta os seguintes limites: começa na confluência do Rio Negro com margem direita do Igarapé Tatu (P1: Lat. -03° 03' 02, 241 “e Long. -60° 17'46,121”) e segue por esta até a sua nascente (P2: Lat. -03° 01' 18, 293 “e Long. -60° 19' 10, 903”); desse ponto, segue por uma linha reta no sentido sul/norte até o Igarapé Acácia; P3 (Lat. -02° 58' 03,139” e Long. -60° 19' 10, 405”) daí, por uma linha mediana, até a confluência com o Igarapé Tarumã-Mirim; P4 (Lat. -02° 57' 25, 023” e Long. -60° 12' 45,624”); em seguida pela margem direita do igarapé Tarumã - Mirim, até a sua foz com o Rio Negro, P5 (Lat. -03° 01' 42, 851” e Long. -60° 10' 30, 770”) seguindo, pela sua margem esquerda, até o ponto inicial do Igarapé Tatu, a figura-1, nos mostra a localização da RDS do Tupé.

O cenário paisagístico compreendido pela área do Tupé vem atraindo um grande número de turistas, tanto pela facilidade de acesso como devido à proximidade do grande centro urbano de Manaus, distante apenas cerca de 25 km. Com o aumento crescente de visitantes, a área passou a sofrer impactos antropogênicos adversos, de forma intensa e acelerada, contribuindo para um processo de deterioração que, no futuro, poderá prejudicar a qualidade de seus atributos cênicos, pois registramos a intensificação dos desmatamentos, queimadas e poluição hídrica. (Figuras 2 e 3)

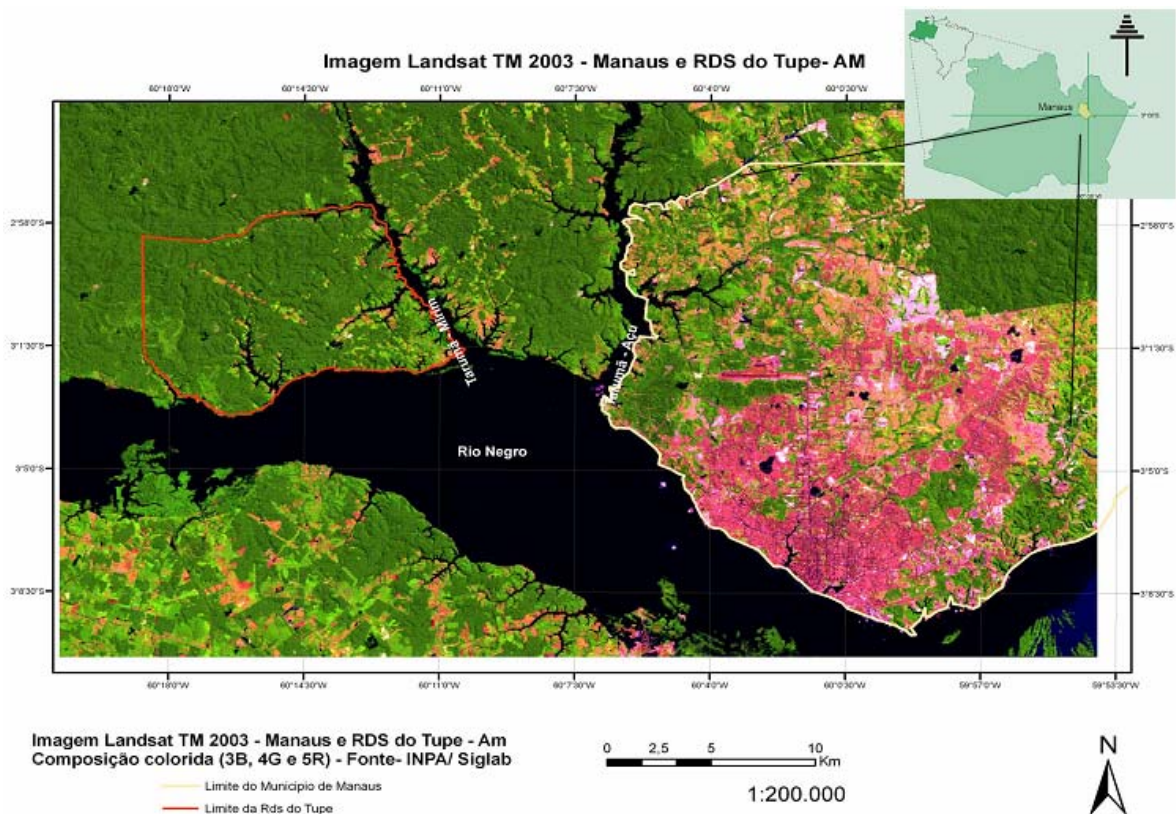


Figura 1: Localização da RDS do Tupé.
Fonte: BARROS, 2006.

Em 2002, pela Lei Nº 671/02 e atendendo ao que estabelece a legislação federal referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Tupé foi considerado como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé. Entretanto, somente através do Decreto Nº 8044, assinado pelo prefeito de Manaus em agosto de 2005, foi finalmente criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (nesse documento, denominada REDES do Tupé) com área total de 11.973ha e perímetro de 47.056m, sendo este o atual limite da RDS). (BARROS, 2006)

Nesse último decreto lei, considera-se como população tradicional o conjunto de pessoas residentes e domiciliadas nos limites da RDS:

Para efeito deste Decreto, considera-se como população tradicional beneficiária, o conjunto de pessoas residentes e domiciliadas nos limites da RDS no ato de criação dessa reserva, cujas práticas estejam de acordo com os objetivos de conservação. (artigo 1, § 1º do Decreto 8804)

Assim, a RDS do Tupé passou a abrigar seis comunidades de populações tradicionais ribeirinhas, envolvendo outras seis no seu entorno.



Figura 2: Vista parcial da Praia do Tupé.
Foto: Solange Barros, julho/2005.



Figura 3: Praia do Tupé e os barcos com turistas.
Fonte: BARROS, 2006.

Ocupação do Tupé

A proximidade da cidade de Manaus e a busca por um lugar calmo, mais no interior, fizeram com que famílias adquirissem lotes ou terrenos na área do Tupé. E, certamente, sua ocupação ainda seria maior, não fossem dois grandes igarapés separando Manaus do Tupé – o Tarumã-Açu e o Tarumã-Mirim.

O Tupé abriga doze comunidades, com uma população total de aproximadamente 700 habitantes, residentes ao longo dos cursos d'água locais, de acordo com dados informados pela Secretaria de Meio Ambiente de Manaus, no ano de 2005. Tais comunidades estão dispersas entre si, sendo que o acesso entre elas e com a área urbana do município é feito principalmente por via fluvial, utilizando canoas, com motor de popa. (Figuras 4 e 5)

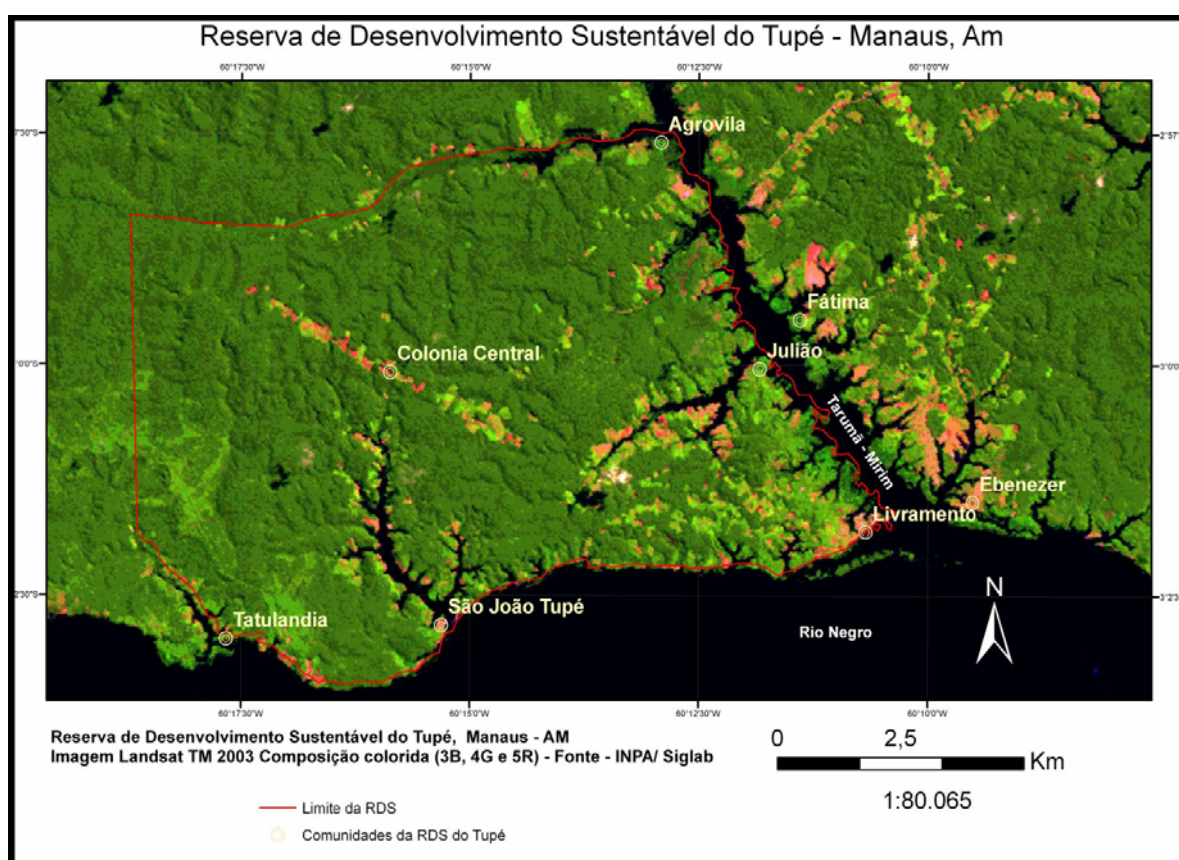


Figura 4: Localização das Comunidades da RDS do Tupé, Manaus (AM).
Fonte: BARROS, 2006.



Figura 5: Moradora da comunidade de Colônia Central, 43 anos:
“Pegando a estrada para ir trabalhar”.
Fonte: BARROS, 2006.

A ocupação demográfica da área vem ocorrendo ao longo de aproximadamente quarenta anos na Comunidade São João, e de quinze anos na Colônia Central. (REBELO *et al.*, 2006). A comunidade São João do Tupé, em 2002, compreendia trinta e uma famílias e a comunidade Colônia Central vinte e quatro. (SANTOS, SILVA, *et al.*, 2006). Atualmente, segundo a presidente da Associação da Comunidade São João, são mais de sessenta famílias. Já na comunidade Central o número de famílias vem se reduzindo.

Cada comunidade possui histórias, refletindo vivências que lhes são peculiares. Nosso trabalho analisou alguns dos aspectos relacionados à percepção e à interpretação ambiental de duas das seis comunidades: a comunidade São João do Tupé e a comunidade de Colônia Central, buscando uma compreensão a partir da experiência ambiental vivenciada por seus moradores.

Trançando os procedimentos metodológicos

Para entrancharmos os conhecimentos sobre o Tupé, procuramos uma modalidade de pesquisa que pudesse revelar um pouco sobre o universo de significados, aspirações, expectativas, valores, atitudes e condutas que seus moradores desenvolveram concernentes a esse lugar.

Desta forma, precisávamos que o desenvolvimento desse estudo priorizasse o ponto de vista de seus habitantes e suas percepções, que ao se identificarem com o Tupé, se integravam aos elementos naturais componentes da paisagem através de seus próprios valores culturais, expressando assim, experiências de vida significativas, íntimas e familiares concernentes à construção do sentido de lugar.

Nossa investigação encontrou suas bases através do método qualitativo de pesquisa que nos permite compreender os indivíduos em seus próprios termos (GOLDENBERG,1998; BECKER, 1994).

O trilhar investigativo deste trabalho foi estruturado a partir dos trabalhos de campo e como procedimentos, usamos a técnica da história oral, que permitiu entender como foi ocorrendo a ocupação e a construção do lugar. Nesse momento, alguns dos moradores teceram narrativas detalhadas sobre sua existência, reconstituindo acontecimentos vivenciados, que se constituíram em momentos marcantes de suas vidas. Segundo Nunes (2003, p.15) *“o uso da memória como recurso metodológico exerce um papel importante nos casos de conflito, pois possibilita o resgate, o reavivamento do passado da comunidade atualizado pelo momento presente”*.

De acordo com Guimarães, (2007, p. 106), o geógrafo David de Lowenthal (1979) também utilizou em alguns de seus estudos sobre interpretação ambiental, o delineamento das paisagens do passado através da memória como uma forma de recuperar nossa identidade pessoal e regional, o sentido do “enraizamento”, a partir da compreensão do histórico de certas unidades paisagísticas, dos aspectos que permaneceram, dos que foram ou são esquecidos, consciente ou inconscientemente, e até mesmo perdidos, afirmando que as transformações ambientais observadas no presente requerem continuamente novas interpretações de seus lugares.

Assim, utilizamos também entrevistas semi-estruturadas voltadas basicamente para o sentido de evidenciar os valores, as atitudes e as percepções e interpretações dos seus habitantes correlacionadas ao Tupé. Na pesquisa de campo, foram abordados vinte e quatro moradores da Comunidade Colônia Central e vinte e dois moradores da comunidade São João. A partir do desenvolvimento do processo de “campo” com intuito “exploratório”, mediante a observação participativa, conseguimos formular e direcionar os caminhos dessa pesquisa.

A propósito da técnica de observação participante, Mynayo (1994, p.59) tece a seguinte consideração:

Se realiza através do contato direto do pesquisador com o observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador faz parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados(...) A importância dessa técnica reside no fato de

podemos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.

Ocasões especiais, tais como as reuniões entre as comunidades, entre suas lideranças, com os gestores da UC; os períodos de festividades e também por meio das entrevistas, de forma individual, revelaram muito da identidade do Tupé.

Mediante a análise das histórias orais foi possível a compreensão de como foi ocorrendo a construção do sentido e do significado do lugar para essas populações, bem como do *enraizar-se* no Tupé. Alguns dos moradores fizeram narrativas detalhadas sobre sua existência, reconstituindo acontecimentos vivenciados sobre diferentes momentos de suas vidas, impregnados de expressões de afetividade, ora expressando aspectos topofílicos e biofílicos, ora topofóbicos.

O método do relato oral surge então como um meio de captar a multiplicidade dos ângulos que um fato apresenta – sua riqueza de detalhes, as distintas realidades ambientais cotidianas experienciadas que possibilitam a construção de um conhecimento fundamentado nas percepções e interpretações da paisagem do Tupé.

As entrevistas foram direcionadas preferencialmente aos moradores mais antigos, sendo algumas perguntas sobre a origem e ocupação das primeiras famílias no Tupé relacionadas ao contexto histórico no qual se inseriam. Essa técnica propiciou uma reconstrução histórica do lugar, sob a ótica dos seus habitantes, permitindo o levantamento de vários aspectos relacionados à percepção, interpretação, valoração ambiental, tanto individual quanto coletivas, e, conseqüentemente, às representações da paisagem dos moradores da RDS do Tupé.

As entrevistas foram conduzidas de forma bastante informal, de modo a proporcionar uma ambiência na qual os entrevistados discorressem livremente sobre fatos e pessoas importantes em suas vidas, buscando expressar suas experiências e vivências ambientais *com* e *na* paisagem do Tupé, enquanto espaço vivido. Para Goldenberg (1998, p. 59) nessa técnica “*geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido, e que muitas vezes nos chega em tom de confiança*”, e ainda nos “*fornece um material extremamente rico para análise do vivido [...] encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual*”.

Neste contexto, procuramos também abordar alguns problemas e conflitos atuais que influenciam negativamente sobre as comunidades, e as possíveis alternativas e formas que a educação ecológica pode contribuir na solução ou mitigação dos mesmos.

Trançando a perspectiva teórica

Os fios desse trabalho começaram a ser tecidos através dos estudos de percepção e valoração ambiental, buscando compreender os significados das percepções e das atitudes que, simultaneamente, influenciam e são influenciadas pelas relações estabelecidas entre os seres humanos e o lugar onde vivem, ao captarem uma riqueza de valores que compreende sentidos variados à paisagem, ao lugar e ao espaço vivido.

A identificação dos níveis e das escalas perceptivas e interpretativas na análise do meio ambiente revela-nos a possibilidade de uma multiplicidade de leituras da paisagem natural e construída, onde as imagens da experiência cotidiana refletem, no contexto dos sistemas ambientais, a unicidade entre a cultura objetiva e a subjetiva e suas identidades territoriais, no universo que envolve os domínios da paisagem vivida. (GUIMARÃES, 2005, p.206).

Assim, nosso trabalho foi norteado pelos conceitos geográficos propostos nos estudos da Geografia Humanística, procurando o “lugar”, espaço de identidades e alteridades – Tupé –, através da percepção e da valoração ambiental dos seus habitantes. Segundo Tuan (1983, p. 143) “*a geografia humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar*”.

Entretanto, a abordagem fenomenológica na geografia tem raízes antigas, pois em 1952, Dardel já enfatizava os estudos sobre as paisagens percebidas e vividas pelos homens. Nessa perspectiva, destacava os valores das experiências vividas, o conceito de geograficidade, o elo existencial entre o homem e a Terra, lembrando-nos o significado do momento vivido e de nossos estados de espírito, ao tecer a seguinte afirmativa: “*le paysage est un ensemble: une convergence, un moment vécu. Um lien interne, une ‘impression’, unit tous les elements*”. (DARDEL, 1952, p. 41)

Prosseguindo na tessitura dos estudos sobre a percepção ambiental, no *Expert Panel on Project 13: Perception of Environmental Quality*, do Programa Homem e Biosfera (MAB - *Man and Biosphere*), o meio ambiente é considerado como um sistema multi-dimensional de complexas inter-relações em contínua transformação (UNESCO, 1973, p.11), sendo o conceito de *percepção ambiental* entendido como:

is meant the ways in which man senses and understands the environment (natural and man-made), specially as influenced by social and cultural factors. This involves a consideration of the level of knowledge and its organization, the values that are placed

upon environment, man's preferences, and the way in which choices are exercised and conflicts resolved. (UNESCO, 1973, p.09).

Nesse mesmo período, o Programa Homem e Biosfera (MAB) publicava, no ano de 1977, o documento *“La perception de l' environnement: lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain”*, *Notes Techniques du MAB 5*, de autoria de Anne V.T. Whyte. Esse documento se constituiria em uma das principais referências para o desenvolvimento e avanço dos estudos de percepção ambiental, reafirmando a compreensão da interdependência entre o homem e a biosfera, ao considerar que toda decisão e toda ação humana, individual ou grupal, sobre o ambiente se encontram fundamentadas não somente nos elementos objetivos, mas também nos subjetivos, sendo tal constatação a base da pesquisa da percepção ambiental. (GUIMARÃES, 2007). Nesse relatório, Whyte apresentaria o conceito de percepção ambiental, como *“l'expression ‘perception de l'environnement’ signifie la prise de conscience et la compréhension par l'homme de l'environnement au sens large”*. (WHYTE, 1977, p.18).

Ainda no quadro dos conceitos referenciais apresentados no documento em questão, a autora considera que:

L'environnement est constitué à la fois d'un milieu physique et d'un milieu social, mais, dans le cadre de cette Note Technique, l'accent sera mis sur la perception des constituants physiques et tangibles de la biosphère, sans oublier les oeuvres de l'homme lui-même. L'un des objectifs importants des recherches basées sur la perception de l'environnement consiste à obtenir une compréhension systématique et scientifique du point de vue obtenu à partir de l'intérieur, en vue de compléter l'approche scientifique traditionnelle, abordée de l'extérieur. Le point de vue de l'intérieur peut être celui d'un individu quelconque, d'une collectivité locale, ou même d'une population rurale dans son ensemble. (WHYTE, 1977, p. 13)

Neste trilhar dos caminhos da percepção ambiental, temos ainda as obras dos geógrafos David de Lowenthal e Yi-Fu Tuan que através dos seus estudos, evidenciaram as relações dos seres humanos com o meio ambiente, analisando sentimentos e concepções sobre espaços, paisagens e lugares, a fim de melhor entenderem o homem e suas relações de convivência e coexistência nas distintas áreas do planeta.

Ao tecer uma reflexão sobre aspectos relacionados à *Geografia, Experiência e Imaginação*, Lowenthal (1985) considera que *“a percepção essencial do mundo (...), abrange toda a maneira de olhá-lo...”*, e que *“a experiência do mundo mais simples e direta é composta de percepção, memória,*

lógica e fé.” Para o autor, cada experiência perceptiva é única, original e irreversível, sendo-nos também possível verificar a geração de “*novas expressões perceptivas*”, bem como a adição de outros níveis de informações decorrentes. (LOWENTHAL, 1985, p. 123-124).

Guimarães (2007), ao analisar a evolução dos estudos sobre percepção e interpretação ambiental, considera que para o autor, as variações individuais de visão de mundo, as diferenças perceptivas e as habilidades interpretativas e de orientação (mapas mentais), respectivas a situações perceptuais diferenciadas, levaram Lowenthal (1985, p.135-139) a tecer a seguinte consideração: “*cada um de nós desvia o mundo a seu próprio modo e contempla as paisagens com suas imagens particulares*”. A partir daí, imagens, impressões, idéias, intenções e significados respectivos ao meio ambiente são construídos, tendo seus alicerces na experiência pessoal, no aprendizado, na imaginação e na memória onde “*a paisagem em geral serve como um vasto sistema mnemônico para a retenção da história e ideais de um grupo*” (LYNCH *apud* LOWENTHAL, 1985, p. 140).

Também de acordo com Lowenthal (1985, p. 137), “*as geografias memoráveis não são textos de compêndios, mas estudos interpretativos incorporando um acentuado ponto de vista pessoal.(...)*”. Dessa forma, para esse autor, as percepções e interpretações do mundo envolvem, então, visões particulares e únicas, nas quais toda informação é inspirada, editada e distorcida pelos sentimentos. Ainda segundo Lowenthal, todo o conhecimento é formado por objetividades e subjetividades que delineiam o mundo não somente com traços materiais e factuais impregnados de aridez, mas que incorporam, simultaneamente, o colorido dos sentimentos que conduzem à verossimilhança, tendo em vista que estes níveis de conhecimento se encontram conectados de maneira inextricável, seqüencial e interativa. (GUIMARÃES, 2007, p. 98)

Tuan (1974; 1980), em sua obra “*Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*”, transita dos estudos sobre a percepção ambiental para o significado da experiência e afetividade humanas, desenvolvendo como temática central “*o conceito de vivido concernente aos laços topofílicos, ou seja, a todo tipo de ligação afetiva entre os seres humanos e o meio ambiente, vínculos esses que diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão*”. (TUAN, 1980, p.107).

Nesse trabalho, o autor procurou analisar algumas visões humanas sobre o mundo circundante, assim como as relações de afetividade estabelecidas por intermédio das diferentes cosmologias e da percepção do meio ambiente. Ao analisar alguns dos diversos aspectos envolvidos na construção do sentimento de topofilia, Tuan (1980, p.137), nos recorda que “*as imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda a claridade*”. Assim, temos mudanças de significados concernentes à qualidade das experiências ambientais humanas e, por decorrência, dos próprios sentimentos e emoções correlacionados a elas, em razão de novas interpretações contextuais.

Ao declarar sua intenção de contribuir para a compreensão de nós mesmos, Tuan acredita que sem a auto-compreensão não é possível esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos e que todos estes mesmos problemas “*dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos*” (TUAN, 1980, p. 1). Neste contexto, também faz ressalvas ao movimento ecológico-ambiental por não se preocupar com a formação de atitudes e valores, relegando sua gênese à diversidade e à subjetividade humanas.

Em outro trabalho, “*Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*”, Tuan (1983) explora o conceito de *lugar* e, por complementaridade e antagonismo, o conceito de *espaço*. Conforme o autor, o lugar envolve uma complexa teia de formulações – ele é vivido, concebido, mítico sagrado, dotado de valor, é o lar, o receptáculo de experiências significativas, sejam estas individuais ou coletivas. O espaço é entendido como aberto, livre, vulnerável, sendo desprovido de valores e de ligação afetiva.

Desse modo, nosso trabalho se desenvolveu sob a perspectiva geográfica experiencial e humanística, buscando contribuir para os estudos de gestão ambiental participativa de UCs, a partir da análise da percepção e da interpretação do *lugar*, “*por nós valorados sob diferentes maneiras, através de campos perceptivos, de movimentos, de visibilidade e de significação e intencionalidades, ao representarem espaços onde organizamos e estruturamos os referenciais simbólicos de nossas culturas*”. (GUIMARÃES, 2007, p. 107).

O convívio com os moradores do Tupé possibilitou participarmos de suas vidas no seu cotidiano, compartilhando sentimentos e vivências. Experiências significativas de pessoas que habitam, que *entrançam* com esse lugar um modo de vida e uma visão de mundo. Trata-se de um universo de práticas, interpretações, valores e representações vinculados às paisagens locais e ao conhecimento acumulado sobre os usos materiais e simbólicos da Natureza.

Proteção ambiental e a proteção dos lugares de vida

As áreas protegidas representam um dos principais instrumentos utilizados na conservação e manejo da biodiversidade e são denominadas no Brasil, Unidades de Conservação (UC), conforme a lei 9985, de 18 de junho de 2000, que normaliza o Sistema Nacional de Conservação da Natureza (SNUC). No Brasil, a história das unidades de conservação foi representada, na maioria das vezes, por unidades de conservação de proteção integral, não sendo permitidos moradores no interior das mesmas.

O processo histórico da criação das áreas naturais protegidas no Brasil tem sido alvo de inúmeros estudos devido às situações antagônicas encontradas nas diferentes realidades geográficas regionais; a presença de populações tradicionais (caboclos, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, entre outras), nas áreas das UCs; e, as restrições de utilização desses espaços e de seus recursos

naturais, impostas pela legislação ambiental, despertando o interesse e preocupação dos pesquisadores sobre esses temas correlatos. Entre os pesquisadores destacamos Diegues (1994; 2000), Vianna (2004) e Brito (2000).

Muitos desses estudos procuram evidenciar uma relação mais harmônica dessas populações com o ambiente onde vivem, bem como a necessidade de permanecerem em seus “lugares”, sublinhando a visão de um processo de conservação de modo mais integrador e participativo. Durante várias décadas, Diegues tem se dedicado aos estudos das chamadas populações tradicionais, salientando que *“a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural e do cultural, mas é a cultura enquanto conhecimento que permite que as populações tradicionais possam entendê-la representá-la mentalmente, manuseá-la e freqüentemente enriquecê-la”*. (DIEGUES, 2000, p.16).



Figura 6: Manifestações culturais: Apresentação de dança dos índios da Etnia Dessana, moradores da comunidade São João do Tupé.
Foto: Solange S. Barros, agosto/2005.

Sobretudo, a partir da criação da lei do SNUC, foram incorporados outros conceitos que consideram a integração do homem ao meio ambiente, não mais apenas no sentido da conservação da biodiversidade, como também da pluralidade cultural, de maneira a privilegiar processos interativos entre os seres humanos e o meio ambiente e as interfaces derivadas. Assim, surgem no Brasil, por exemplo, experiências ambientais alternativas, propondo conjugar a proteção da biodiversidade com as demandas das populações locais.

No contexto do SNUC, as unidades de conservação foram divididas em categorias que abarcam: (1) unidades de conservação de proteção integral, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais; (2) unidades de uso sustentável, caracterizadas pela permissão de uso direto dos recursos naturais. Desse modo, as Unidades de Uso Sustentável visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentado de parcela de seus recursos naturais. Entre as categorias de uso sustentável, temos a de *Reserva de Desenvolvimento Sustentável*, sendo criada primeiramente no estado do Amazonas, a RDS de Mamirauá, em 1990. Dentre os principais objetivos dessa categoria de Unidade de Conservação destacam-se:

a valorização, a conservação e o aperfeiçoamento do conhecimento e das técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos pelas populações tradicionais, ou seja, destina-se a proteger não só os recursos naturais existentes dentro de seus limites – , como também os seus componentes tangíveis ou materiais – o território e os recursos naturais existentes dentro de seus limites –, como também os seus componentes intangíveis ou imateriais-conhecimentos, inovações e práticas sobre espécies, processos ecológicos e ecossistemas desenvolvidos e manejados por populações tradicionais ao longo de gerações transmitidos oralmente. (SANTILLI, 2005, p. 154)

Convém mencionar aqui sobre as divergências do próprio termo “desenvolvimento sustentável”, que na atualidade passou a fazer parte dos discursos oficiais. Inclusive sobre suas pretensões no âmbito do movimento ambientalista, que geralmente estão centradas no uso “ecológico” da floresta, sendo esquecida a sustentabilidade sócio-econômica e cultural das comunidades.

Poderíamos referenciar inúmeras discussões de autores especializados acerca desse tema e também vários questionamentos específicos relacionados às práticas do desenvolvimento sustentável e à implantação de modelos, entretanto, lembramos que o conceito de desenvolvimento sustentável precisa ser levado em conta com várias ressalvas, considerando que seus paradigmas precisam ser revistos na essência.

O cenário desse estudo está ligado, em uma escala local, à questão mundial do meio ambiente e da finitude e escassez dos recursos naturais, em especial daqueles de uso comum. Ao envolver a proteção do planeta e a busca

de alternativas sustentáveis de sobrevivência pelos seres humanos, compõe também outros cenários, tendo em vista, a tentativa de conservar por intermédio da implantação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a Natureza e a população que estabelece com essa mesma Natureza, seu modo de vida, evidenciando sua cultura.



Figura 7: Vista parcial do Lago do Tupé, em uma igara (canoa).
Fonte: BARROS, 2006.

Durante o registro e análise das percepções dos moradores do Tupé envolvidos por esta experiência, procuramos enfatizar como a população local tem interpretado e valorado o fato que agora faz parte de seu cotidiano, mesmo com inúmeras dúvidas concernentes à transformação do seu espaço vivido, e também sobre o futuro do lugar: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé.

Vozes do Tupé: moradores tecendo seus lugares

Na Amazônia, o ser humano e a paisagem encontram-se intimamente ligados, formando os dois, uma só unidade. Interagindo com o ciclo das chuvas, com a dinâmica das águas, enveredando-se pelos caminhos dos rios e igarapés,

o homem amazônico cria estratégias e saberes fundamentados no experienciar individual e coletivo, que o auxiliam no dia-a-dia face ao ambiente com o qual interage.



Figura 8: Filhos do Tupé nas águas do rio Negro no período da vazante.
Foto: Solange Barros, Outubro/2005.

O cotidiano no interior e a experiência do contato direto e imediato com a floresta fazem parte indissolúvel dessas vidas e assim, veremos como são tecidos esses relacionamentos com a paisagem e como esta passa a ser interiorizada nas vivências diárias das comunidades em questão. A paisagem percebida pelos moradores é experienciada e impregnada de historicidade e símbolos e significados – a roça, a produção dos alimentos, o rio, a pesca, a mata, a calma.



Figuras 9 e 10: Movimento das Águas: o Rio Negro visto da Praia do Tupé – Janeiro/2005 (à esquerda) e Outubro/2005 (à direita). No centro das fotografias, o Caraípe, Caripé ou Uxí do Igapó, nomes comuns às várias CHIYSOBALANACEAE – *Acania apetala*. Árvore de porte mediano, comum em terrenos arenosos.

Fotos: Solange Barros, 2006.

Os valores objetivos e subjetivos atribuídos à paisagem denotam os significados dos elos mais íntimos, traduzidos em relações de identidades, inseparáveis da convivência diária e, conseqüentemente, da familiaridade com os elementos naturais e culturais. Ao considerarmos a integração biológica, psicológica e cultural dos seres humanos com o mundo exterior e as constantes alterações no mundo perceptivo e nas escalas valorativas, observamos que a pessoa se vincula própria identidade paisagística, criando laços topofílicos e biofílicos, transformando valores ambientais, expressos através de atitudes e condutas.

Lima (1998), ao analisar os níveis perceptivos relacionados à valorização da paisagem considera que:

Valores atribuídos aos recursos paisagísticos naturais e construídos, conduzem-nos a uma renovação contínua da experiência e do conhecimento ambiental, bem como dos próprios seres humanos e de suas raízes. A tomada de consciência sobre atitudes e condutas que incorporem uma visão ecológica emergem, muitas vezes, do “insight” de um novo modo de

perceber, de experienciar em nosso cotidiano: somos parte intrínseca de uma paisagem; no ato de protegê-la, resguardamos e protegemos nossa própria vida e identidade.



Figura 11: Fotografia aérea do lago do Tupé
Fonte: BARROS, 2006.



Figura 12: Desenho feito por moradores e alunos da Escola São João do Tupé – 2005.
Fonte: BARROS, 2006.

Na análise interpretativa das figuras 11 e 12, podemos observar através dessas duas imagens, uma realidade ambiental vivenciada pelos seus moradores sob diferentes aspectos. Na fotografia aérea (Figura 11), os elementos paisagísticos que surgem são o rio, a água a floresta. Entretanto, no desenho dos moradores (Figura 12), os mesmos elementos da paisagem aparecem, contudo, preenchidos com a vida, o dia-a-dia dos moradores, isto é, impregnados pelos ritmos da vida diária de seus habitantes. As casas, a ligação feita entre as casas, a igreja, o campo de futebol, e até o cemitério da comunidade se completam, conectando os ambientes do ser humano e da natureza – conexões entre dimensões paisagísticas tangíveis ou não.

O espaço vivido adquire uma carga emotiva, e passa a fazer parte da história de quem vive nele. Considerar esse espaço, enquanto vivido, a partir da percepção e experiência ambientais, ganha importância no entendimento das duas instâncias que permeiam o processo de apropriação da natureza - o material e o simbólico. Para Oliveira (1998, p. 54):

O espaço onde vivemos, nos movimentamos, nos envelhecemos acontece em uma história e em uma geografia. É um espaço heterogêneo, pois não habitamos no vazio, mas com cores de nuances de luz e sombras e muitas vezes de penumbra. Nosso espaço, todavia, é composto de espaços reais e irreais.

Nesta confluência, considera-se a importância afetiva do lugar para a população, ultrapassando o entendimento do espaço estritamente a partir de seus atributos físicos: *“Podemos dizer que a percepção de uma paisagem é uma questão de olhos e coração, isto é, campo de visão e campo de afeição, de olhar e sentir o espaço e sentir este mesmo espaço”*. (FERREIRA, 1990, p. 74). Nos relatos dos habitantes do Tupé, as expressões que revelam laços topofílicos relacionados aos elementos componentes da paisagem, evidenciam valores existenciais concernentes tanto à biofilia como à hidrofilia:

Quando foi pra eu morar aqui, tinha na minha cabeça que tinha de ser perto do igarapé. Eu queria ficar perto do igarapé, eu sou igual sapo, gosto do meu banho. (Morador da Central, 62 anos).

A ligação com a terra, com as plantações, com a floresta também são características marcantes dos moradores do Tupé. O significado da terra e do enraizar-se no lugar também ganha relevância, para aqueles que são tradicionalmente agricultores:

Gosto mesmo é da minha plantação. Já tem até melancia grande. Aqui é bom você plantar e depois colher, foi isso que me deixou ficando aqui, tinha vontade de esperar crescer e colher o que eu

plantava, acho que nunca parei tanto tempo num lugar. Tem abacateiro, tem tudo. (morador da comunidade Colônia. Central, 45 anos).

Isso aqui é a minha alegria. Era tudo o que eu queria na minha vida. É eu plantar e depois ver desse jeito, bonito. (moradora da comunidade São João, 52 anos)

No domínio “casa-quintal” podemos ainda observar a expressão dos símbolos da comunidade: pomar carregado, a variedade e a quantidade dos animais criados que permanecem no terreiro da casa – os “bichos de terreiro” – são sinais de um trabalho bem sucedido que garantem a aquisição e manutenção desse domínio ou *status*.

Ficam ainda, evidentes os valores de familiaridade da vida na mata, sendo comuns as referências pertinentes aos seus lugares, traduzidos nas formas de trabalho, de relações de vizinhança, caminhos, representações e manifestações de identidade. Compor essa “terra” não exhibe um significado exclusivamente econômico, mas, sobretudo de moral e de honra, relacionados à autonomia e independência inerentes à propriedade de um pedaço de terra própria.

A espiritualidade e o convívio social também estão presentes no dia a dia dos moradores do Tupé. Ao serem questionados sobre o que mais gostam no Tupé, além do rio, da roça, a religiosidade, a proximidade de Deus foi relatada pelos moradores:

Aqui eu vejo a mão de Deus que criou toda essa beleza. A gente tá aqui pra cuidar disso, pra que ninguém destrua o que foi feito pelas mãos divinas. (moradora da comunidade. São João, 40 anos).

Aqui, essa tranqüilidade me faz ficar mais perto de Deus. (moradora da comunidade Colônia. Central, 48 anos)

Durante o desenvolvimento do trabalho e das visitas às comunidades de São João e Colônia Central, pudemos perceber através dos relatos, que o Tupé configura-se como um lugar especial para os seus moradores – “É o lugar de moradia, de trabalho, de convivências.” (BARROS, 2006, p.116).

O “valor” desse lugar, para seus habitantes, está evidenciado nas relações diárias com essa paisagem: os rios, a mata, a roça, a vida com a tranqüilidade que não encontraram na cidade. E é neste sentido que Frémont (1980) fala do *enraizamento*, como sendo o lugar das relações mais íntimas do homem com o espaço, onde ele se identifica. Para Relph (1979, p.15): “cada paisagem tem seu próprio conjunto específico e contém significados específicos para nós em termos das nossas atitudes para com ela”.



Figura 13: “aqui eu to saindo de casa”. Fotografia de Morador (53 anos).

Unidade de conservação: o que os moradores acham disso?

Olha minha filha, cê sabe que eu não sei o que é isso não? Eu acho que deve ser bom pra gente né? Deve ser desenvolver a gente, trazer benefícios. (moradora da Colônia Central)

A paisagem percebida como um recurso ambiental natural ou construído, com intuito de gerar renda e lucro de forma indiscriminada, tem trazido grandes conseqüências adversas à natureza e às próprias comunidades. E torna-se fato comum, por exemplo, pensarmos na Amazônia e, em seguida, pensarmos no desmatamento que vem ocorrendo em sua área, como se fosse a única imagem exclusiva dessa paisagem florestal. Mas esquecemos que ela abriga comunidades distintas, com olhares e interesses diferenciados...

No intuito de amenizar os impactos ambientais negativos que o próprio ser humano tem causado à Natureza, temos a implantação de experiências e alternativas que procuram uma forma de proteger o meio ambiente, através dos distintos contextos pertinentes às legislações nacional e internacional, traduzidos na concepção e criação de Unidades de Conservação.

As pessoas que habitam a RDS do Tupé e que compõem esse estudo, têm suas vidas *enraizadas* no Tupé, enquanto um lugar, independentemente de dispositivos legais ou suas normalizações. Quer os chamemos de ribeirinhos ou de populações tradicionais, seu modo de vida está vinculado através de relações

de dependência objetiva e subjetiva com a Natureza e, certamente, querem ver seu lugar protegido, suas raízes preservadas.

Contudo, mesmo sendo transformado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, considerada a categoria menos restritiva das unidades de conservação, podemos observar, através dos depoimentos, os impactos que a efetiva chegada das restrições ambientais causou sobre os habitantes da área estudada:

A vida aqui já foi muito boa, hoje não, não entendo. Por que eles não vão cuidar lá da cidade que é uma bagunça. (Moradora da comunidade São João, 39 anos)



Figura 14: “Essa paisagem é uma maravilha, é isso. Eu vejo essa beleza todos os dias da minha casa”. Fotografia de Morador, 52 anos.

Quando perguntados sobre o que eles achavam que seria uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável as dúvidas foram constantes:

Esse negócio de reserva eu sei mais ou menos, eu sei que a gente num pode desmatar. E o problema que isso não é nosso né? A qualquer momento o pessoal pode vir aqui e tirar a gente daqui, isso que é o problema. (Moradora da Comunidade São João, 64 anos).

No universo dos entrevistados, apenas os representantes comunitários souberam dizer do que se tratava a Unidade de Conservação. Porém, podemos perceber que apenas alguns sabem daquilo que os outros dizem. As restrições ambientais ainda não estão bem esclarecidas, faltando informações, e, portanto, são incompreendidas, gerando inúmeras dúvidas e temores, sugerindo o fim de sonhos, esperanças e planos que muitos dos moradores tinham para a área.

Os depoimentos sugerem que os moradores se sentem “intrusos”, que podem ser retirados do lugar a qualquer momento pelo “*pessoa*”. Existe o medo de ser expulso do seu lugar, de perder o acesso aos recursos naturais que desfrutam segundo suas próprias regras e necessidades cotidianas. E nesse momento, os sentimentos referentes ao lugar começam a delinear uma paisagem de medo.

A análise dos relatos das entrevistas frente à criação da reserva e, conseqüentemente, da instalação de uma nova ordem, revelam alguns dos sentimentos dos moradores: medo, raiva, desconfiança, passividade, hostilidade, insegurança, revolta... Esses sentimentos e emoções traduzem expectativas nebulosas diante da perspectiva de rompimento com os costumes locais, do questionamento da ordem vigente e da crença em uma nova situação ainda confusa para os moradores. Ao serem questionados sobre “*como ficaram sabendo e o que mudou*” com a chegada dessa nova realidade, os moradores contam que:

Eu não sabia que aqui era uma reserva, eu vim saber esse negócio de reserva depois que montou a comunidade. (Morador da comunidade Colônia Central, 53 anos).

Ficamos sabendo quando teve uma reunião. Muita gente foi embora, pensando que a gente não podia fazer mais nada aqui. (Morador da Comunidade São João, 49 anos).

Falaram numa reunião aí que ia virar uma reserva, e não podíamos desmatar, diziam que a gente podia até desflorestar, mas no lugar tinha que plantar fruteiras. Tinha um projeto de criar peixes, disseram que não podia... Aí o sonho do sonhador acaba em pizza. (Moradora da comunidade Colônia Central, 48 anos).

A chegada de novas restrições, com suas leis e vocabulários ligados ao meio ambiente, onde antes, conforme uma moradora “*a gente vivia em paz*”, requer um trabalho cuidadoso de orientação e educação, no sentido de instruir e informar corretamente a população local. Essas ações demandam tempo para ser compreendidas e assimiladas de modo adequado, visto que são novas regras que, de certa forma, estão sendo impostas aos habitantes dessa grande casa que é o Tupé, havendo a necessidade de um período de adaptação ao novo ordenamento territorial:

Não podemos negligenciar nossas responsabilidades em tais relacionamentos ou subestimar o efeito (positivo ou negativo) que temos sobre uma comunidade rural. De nossa parte devemos prestar ajuda e dividir as informações as quais temos acesso. Desse modo a população local poderá entender sua situação em um contexto mais amplo e tomar decisões fundamentadas sobre suas vidas e suas terras. (GOMEZ-POMPA; KAUS, 2000, p. 142)

Esse cuidado é mais necessário ainda se levarmos em conta que o processo de “implantação” da RDS do Tupé não foi realizado de acordo com os preceitos e métodos referentes a um processo de gestão ambiental participativa, pois os moradores somente ficaram sabendo do fato, quando a decisão já estava tomada:

Eu sei que só poderia ter virado uma reserva com o apoio da gente. Mas isso não aconteceu. Fizeram uma reunião falando que já tava pronto. Isso não ta certo, eu conheço os direitos. Se a comunidade se unisse a gente podia acabar com isso pra eles aprenderem a fazer a coisa certa. (Morador da comunidade São João, 52 anos).

Eu vim pra cá em 97 quando foi em 99 é que passou a ser uma reserva. Teve uma reunião lá no Tupé (Comunidade São João do Tupé). Tava o prefeito, na época era o Alfredo Nascimento, e ai eles anunciaram que aqui seria uma reserva, e ai ficou difícil pra gente. Mas eu não lembro direito qual foi a explicação que ele deu, não entendia muito bem. (morador da comunidade Colônia Central, 51 anos).

Convém ressaltar que os moradores não contrariam ao que eles chamam de “*preservar a natureza, as matas*”, que para eles, é muito importante:

Aqui é uma reserva pro próprio planeta, país, nosso município, pra gente mesmo. Então a gente tem que conservar, tipo, não derrubar mais a mata, o que tinha de derrubar já derrubou, não deixar derrubar mais. A gente aqui é meio um fiscal. Se um cara quiser construir uma casa, tudo bem. O que não pode é derrubar sem precisar, derrubar e não usar. (Morador da comunidade Colônia Central, 46 anos)

Os depoimentos sempre sublinham, sobretudo, os transtornos e inseguranças provocados pela falta do título de propriedade da terra, de se possuir um documento mostrando que são donos do lugar:

Por uma parte... dá uma certa garantia, evita certas invasões, mas em certas ocasiões complica. Primeiro, tem gente aqui que precisa se aposentar e pra isso precisa de um documento, comprovar que mora aqui na área. E sem isso fica difícil. (morador da comunidade Colônia Central, 52 anos)

Algumas medidas restritivas têm gerado sensações de opressão, fazendo com que essa paisagem antes percebida como um lugar de conforto, de paz e permanência se transforme em um lugar de irritação e proibições:

A gente não pode mais fazer nada, porque tudo a gente tem que avisar. Eu nasci aqui. Agora pra fazer um roçado tem que avisar, Deus me livre. Antes era muito melhor. (moradora da Comunidade São João, 39 anos)

Também a análise de vários depoimentos mostra como esse novo contexto tem afetado a vida dos moradores que vivem *no* e *do* Tupé. A casa, o lar, centros mais profundos da existência e do conviver, podem, na opinião dos moradores, não mais existir por conta de novas regras ligadas ao meio ambiente.

Questionados sobre as mudanças ocorridas com a criação da RDS, verificamos que tanto para os habitantes da Colônia Central quanto da Comunidade São João do Tupé, a presença de instituições e os seus “projetos” constituíram-se o que aconteceu de melhor durante o processo de mudança para RDS.

Na comunidade São João do Tupé, a mudança positiva mais citada foi o Projeto “Jovem Cientista”, que procura estimular o desenvolvimento de pesquisas pelos alunos do ensino fundamental. Além de pesquisarem sobre temas necessários e escolhidos pela própria comunidade, os alunos da escola recebem uma bolsa de estudos mensal para a execução do projeto que têm o acompanhamento de especialistas no assunto, os orientadores. São os pais, sobretudo, que mencionam sempre a importância do “Jovem Cientista” para a formação e educação de seus filhos:

Minha filha, pra mim o que aconteceu de melhor foi o projeto jovem cientista. Se Deus quiser não vai acabar. (moradora da comunidade São João, 40 anos)

Entre os estudos realizados constam: uma lista de plantas medicinais e animais usados na comunidade; a quantidade de lixo produzido na praia do Tupé; as variações na transparência da água do lago do Tupé; e estudos sobre a fenologia da bacaba. Os alunos bolsistas, professores, alunos voluntários e os pais participam desde a construção da proposta até nas avaliações que

ocorreram no decorrer e no final do projeto. Isso fez com que cada um dos envolvidos discutisse os acertos, erros e fossem pensadas soluções e novas alternativas.

Todavia, ainda ao falarem dos projetos, alguns moradores demonstram certa insatisfação e decepção, pois segundo eles, tem projetos mal intencionados que só pensam em “*ganhar dinheiro em cima deles*”:

Tem um projeto aí que eu sei que eles receberam até prêmio. Vieram, a gente deixou eles entrar na nossa casa, mas desse prêmio a gente não recebeu nada. Quando eu sei que eles vão fazer alguma reunião aí eu nem vou e falo pra todos não ir também. (Moradora da Comunidade São João do Tupé, 39 anos)

Na comunidade de Colônia Central, o conhecido “Projeto da ULBRA” foi o mais citado entre os moradores. Esse projeto trabalhou junto aos comunitários, novas fontes de rendas, a partir do uso dos recursos florestais:

O que melhorou nesse tempo foi o projeto da ULBRA, trouxe muita coisa, a gente pode aprender muita coisa. Ninguém conhecia a Colônia Central. (Moradora da comunidade Colônia Central, 54 anos).

Esse projeto que teve início no ano de 2004, com um período de duração de 2 anos, sendo o seu término em março de 2006, trouxe à tona conflitos mediante as divergentes percepções dos envolvidos nessa proposta. Na última reunião, moradores e a equipe do projeto falaram sobre os poucos “resultados” do projeto. Nessa ocasião também foi falado aos moradores da decisão de se retirar da comunidade as ferramentas, equipamentos, as placas de luz solar que atendiam o barracão e demais objetos trazidos pelo projeto à comunidade. Isso trouxe uma reação por parte dos comunitários, que em sua maioria se sentiram “punidos” por não terem alcançado os resultados estabelecidos no projeto. Esse fato fragilizou o relacionamento entre os moradores da Central para com o projeto que, até então, consideravam o que havia de melhor na nova realidade do Tupé como Unidade de Conservação.

Desinteresse por parte dos moradores foi um dos erros apontados por alguns dos pesquisadores envolvidos e também, como foi relatado por uma moradora ao dizer que “*o erro está nos moradores*”. Os moradores reconhecem que em parte se a comunidade fosse mais unida, não só os projetos, mas a vida dos comunitários poderia melhorar.

A integração e a cooperação sócio-econômica e cultural entre os comunitários que moram na unidade de conservação é um tema que precisa ser trabalhado junto aos moradores do Tupé. Afinal, não percebem que só é uma

RDS pela existência deles no local e que sem eles não haveria o porquê disso tudo. No Tupé há uma baixa organização política, decorrente da dispersão da comunidade, dos acessos precários e do tamanho da reserva, porém, projetos que queiram trabalhar em conjunto com essas comunidades precisam saber que não estão “fazendo um favor” para o local, mas vivenciando um intercâmbio de saberes e experiências de vida. Esse trabalho de pesquisa depende exatamente da parceria.

A influência dessa etapa deixou marcas suficientes fortes para gerar uma onda de perplexidade e indignação, bem como de intensa desconfiança nos agentes institucionais que trabalham cotidianamente na região. Projetos e programas que envolvem uma comunidade nessa contraditória proposta de “desenvolvimento sustentável” são recentes e necessitam de reflexões conscienciosas, em razão das especificidades geográficas e antropológicas locais e regionais.

Ao serem questionados sobre o que achavam que iria acontecer no futuro, algumas respostas não se mostraram muito otimistas, considerados os cenários levantados pelos questionamentos relacionados às circunstâncias ocorridas:

Pro futuro, eu nem faço nem idéia. Eu acho que pior do que tá não vai ficar não. Pra ter uma melhora aqui, precisa concluir o ramal, sem ele não adianta produzir porque não adianta, perde muita coisa que a gente produz aqui. A pessoa vai desanimando. (Morador da comunidade Colônia Central, 51 anos).

Eu não quero que os meus filhos fiquem aqui não. Eles precisam estudar. Aqui é lugar pra quem é velho. (morador da comunidade Colônia Central, 46 anos).

Esse “desânimo” ocorre, segundo os moradores, pela falta de condições para se trabalhar, entretanto, esse clima de pessimismo também não se encontra somente relacionado a estas dificuldades, mas à falta de infra-estrutura, sobretudo, no que se refere ao escoamento da produção agrícola, à falta de escolas, de serviços de saúde e de saneamento básico. (BARROS, 2006). Embora tenham versões otimistas, a maioria dos depoimentos, especialmente, na Comunidade Colônia Central, aponta que a esperança está prestes a acabar:

O que a gente quer não é esmola, a gente quer ter condições de trabalho. Um animal, um colégio para os nossos filhos, quem tem obrigação é o prefeito. Logo vem a seca, e agora só vai piorar, daqui pra frente vai ser assim. Teve muita gente que saiu e não voltou mais. (Moradora da comunidade Colônia Central, 48 anos).

Apesar da vida difícil na cidade, alguns moradores continuam na iminência

de deixar o Tupé. Já sentem dificuldades em dar conta do trabalho pesado da roça, de carregar os mantimentos trazidos de Manaus. Talvez se a situação fosse outra, eles poderiam contar com a ajuda de filhos, netos ou sobrinhos para ajudá-los, e assim, mesmo contra suas vontades, os moradores mais antigos estão achando que não terão outra saída a não ser deixar o Tupé.

Assim, vemos na prática que além das incertezas causadas pela nova realidade da RDS, outro problema permanece – a falta de políticas públicas específicas para a região: educação, saúde e saneamento básico, transporte, assistência médica, escoamento da produção. Nesse caso, as proposições para um “desenvolvimento sustentável” parecem estar muito distantes das realidades ambientais regionais, ao avaliarmos essas deficiências tão comuns nas áreas naturais protegidas do Brasil, em especial nas RDS, considerando que são as menos restritivas, e, portanto, deveriam ser mais abertas ao diálogo, promovendo o respeito à pluralidade cultural que abrigam em seu interior.

As relações sociais, os interesses diferenciados dos moradores, reúnem fragmentos de uma realidade e contexto complexos e imbricados, mas compreendidos a partir da ótica da própria população. Ao registrarmos e analisarmos as percepções dos moradores do Tupé que vivenciaram esta experiência e são partes desse lugar, procuramos enfatizar como a população local tem compreendido e interpretado esse tipo de discussão, que agora faz parte de suas vidas, mesmo com inúmeras dúvidas a respeito de um tema tão confuso e obscuro para eles – a interiorização dessa nova realidade: a RDS do Tupé.

Entrançando ser humano e natureza



Figura 15: Filhas do Tupé.
Foto: Solange Barros, 2006.

Este trabalho compõe um estudo de caso, que tem como pano de fundo, sociedades que carregam consigo uma problemática ambiental – de poluição e degradação ambiental, da exploração irracional de recursos naturais e da crise de recursos energéticos, e do séquito de conflitos decorrentes, entre outros.

A RDS está próxima à cidade de Manaus com os seus 1.8 milhões de habitantes e seus grandes problemas sócio-econômicos e ambientais. Também se encontra próxima de outras Unidades de Conservação das mais diversas categorias. Nesse contexto se inserem os moradores que compõem o Tupé: não encontrando na cidade de Manaus seus lugares, retomam hábitos rurais, vivendo do “tradicional”. Ao procurarem um lugar fora de Manaus, em busca de tranquilidade, recuperam hábitos de outros tempos de cuidados com a terra, de proximidades com a natureza, contudo, também convivem agora com a transformação do seu lugar em uma UC.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável sugere ser a menos restritiva, mais aberta ao diálogo e ao respeito às pessoas que habitam em seu interior. Sua concepção, entretanto surgiu também de inúmeras tentativas frustradas de separar as populações que habitam essas áreas, passando a ser consideradas “parceiras”, sobretudo, na conservação da diversidade biológica, que foi a mola propulsora das iniciativas para a proteção de áreas categorizadas como tal e que desempenham um importante papel na conservação do meio ambiente.

Em nosso estudo de caso, observamos que os moradores ainda não “compreendem” essa idéia. Agora, que já se tornou uma Unidade de Conservação, *interiorizar* essa nova realidade não tem sido uma tarefa fácil para os moradores, que frequentemente vêm estas ações como algo arbitrário.

Nesse momento surgem indagações: Estamos realmente atentos aos anseios e as percepções locais? Estaríamos impondo nossas idealizações sobre os rumos dessas vidas no interior das florestas? As alternativas de geração de renda propostas a essas populações são para elas ou para que se concretize essa nossa idealização? Estamos trazendo soluções de fora? Estamos preparados para o real respeito a essas populações?

Ao se tornar uma unidade de conservação, os moradores tiveram suas vidas e seus territórios *invadidos* por restrições ambientais ainda não bem esclarecidas, pela presença de “projetos” com as mais diversas intenções. O processo de implantação da UC, que deveria ser feita com o envolvimento e o consentimento da comunidade não foi realizado, levando a exclusões de várias categorias.

O Tupé pode ser tecido de diversas formas: esse estudo evidencia a percepção da experiência ambiental dos seus moradores. Outros estudos, no entanto, podem mostrar as percepções dos agentes externos que atuam nessa área, e assim trilharmos na construção de mudanças de visões mais integradas e integradoras a respeito desse lugar.

No contexto da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, evidencia-se também a necessidade de políticas públicas sensíveis a essa realidade, que respeitem as individualidades do “interior” e a sazonalidade tão presente nas vidas de seus habitantes. A discussão das políticas públicas no âmbito das unidades de conservação aparece como questão central e supra-estrutural ligada à existência das áreas de proteção ambiental.

Outro aspecto que necessita ser desenvolvido com os comunitários do Tupé se encontra relacionado à organização dos moradores. Isso é necessário, para que trabalhem cooperativamente em torno das causas comuns, a fim de requererem e cobrarem com mais eficiência políticas públicas locais e outros benefícios relacionados às infra-estruturas básicas, propiciando a própria permanência dos moradores no Tupé, ao proporcionarem melhorias das condições de qualidade de vida para as famílias que ali habitam.

A paisagem e o ser humano, tão ligados nesse estudo de caso, podem ser um exemplo de aprendizado e de busca de novas formas de compatibilizar o direito legítimo de conservar o ambiente saudável para as futuras gerações, com o direito legítimo de manter a população do Tupé no seu lugar, com suas raízes, garantindo o direito às integralidades de suas condições de vida.

Bibliografia consultada

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a Fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, jan./dez.1999.

BARROS, S. da S. **Tecendo o Tupé: um estudo sobre percepção e interpretação ambiental na RDS do Tupé, Manaus, Amazonas, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) – Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Ciências Agrárias, Manaus, 2006.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados.** São Paulo: Anablume/Fapesp, 2000.

DARDEL, E. **L'homme et la Terre: nature de la réalité géographique.** Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

DIEGUES, A.C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec, 2000.

FERREIRA, S. T. de L. **A percepção geográfica da paisagem dos gerais no 'Grande Sertão: Veredas'**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 1990.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o mito selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da Natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 125-147.

GUIMARÃES, S.T.L. Paisagens: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. 2007. Tese (livre-docência) 2007. – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.

GUIMARÃES, S.T.L. Planejamento e proteção dos recursos paisagísticos: aspectos relacionados à cognição, percepção e interpretação da paisagem. **OLAM – Ciência & Tecnologia**, Rio Claro, v. 5, n. 1, maio p. 202-219, 2005.

LIMA, S. T. Trilhas interpretativas: a aventura de conhecer a paisagem, **Cadernos Paisagem. Paisagens 3**. Rio Claro: UNESP, 1998, p.39-44.

LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica, In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1985.

LOWENTHAL, D. Age and Artifact: dilemmas of appreciation, In; MEINING, D. W. (Ed.). **The interpretation of ordinary landscape: geographical essays**. Oxford: Oxford University, 1979.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NUNES, M. Do passado ao Futuro dos moradores tradicionais da estação ecológica Juréia- Itatins/SP. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, L. Como Educar os Direitos da Paisagem. **Cadernos Paisagem. Paisagens 3**. Rio Claro: UNESP, 1998, p.53-58.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia, **Geografia**, Rio Claro, v.7, p.01-25, 1979.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à biodiversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS-SILVA, E. (org) **BioTupé:** meio físico, diversidade biológica e sociocultural, Manaus: INPA, 2005.

SAUER, C. La morfologia del paisage. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, Barcelona, 43 (1997), p. 155-186.

TUAN, Y-F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y-F. **Space and place:** the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota, 1977.

TUAN, Y-F. **Topofilia:** um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio Ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

TUAN, Y-F. **Topophilia:** a study of environmental perception, attitudes, values. New York: Prentice-Hall, 1974.

UNESCO. **Expert panel on project 13:** perception of environmental quality. Final Report. Programme on Man and the Biosphere (MAB). Paris: UNESCO, 1973.

VIANA, V. Envolvimento sustentável e conservação das florestas brasileiras. In: DIEGUES, A.C.; VIANA, V. **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica.** São Paulo, Hucitec/Nupaub, 2004, p. 23-26.

WHYTE, A. V T. **Guidelines for fields studies in environmental perception:** MAB - Technical Notes 5. Paris: UNESCO, 1977.

Informações sobre os autores:

[1] Solange da Silva Barros – <http://lattes.cnpq.br/6151333480662723>

Geógrafa (UEL/Londrina, PR); Mestre em Ciências Florestais e Ambientais (UFAM/MANAUS,AM). Docente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima.

Contato: solange_barros@hotmail.com

[2] Solange T. de Lima Guimarães – <http://lattes.cnpq.br/6635058136218303>

Geógrafa, Mestre e Doutora em Geografia [Organização do Espaço, IGCE-UNESP, Rio Claro/SP]; Livre docente em Interpretação e Valoração de Paisagens. Docente do Depto. de Geografia – IGCE/UNESP, nos cursos de Pós graduação em Geografia, níveis mestrado e doutorado. Docente convidada do Curso de Especialização em Educação Ambiental, CRHEA/USP, Escola Engenharia de São Carlos (SP). Coordenadora do Laboratório de Interpretação e Valoração Ambiental do Depto. de Geografia. Editora das revistas OLAM e CLIMEP.

Contato: hadra@uol.com.br

[3] Jackson Fernando Rêgo – <http://lattes.cnpq.br/4636720055786670>

Engenheiro Florestal, Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB/BRASÍLIA) Orientador do programa de pós-graduação em Ciências Florestais e Ambientais do Departamento de Ciências Florestas da Universidade Federal do Amazonas.

Contato: jacksonrego@ufam.edu.br